

# ERA O VERBO UM DEUS? – ANÁLISE DE JOÃO 1:1 A PARTIR DA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Marcos Souza\*

---

**Resumo:** Uma das grandes questões na teoria da tradução diz respeito ao nível de interferência permissível ao tradutor na busca de melhor esclarecer ao leitor do texto traduzido as nuances, conflitos, perturbações e até ambigüidades possivelmente existentes no texto original. Já ao crítico da tradução cabe procurar identificar, ao confrontar texto original e texto traduzido, o quanto o primeiro foi alterado, suavizado, explicado, interpretado, etc. pelo tradutor e, se possível, os motivos que o levaram a isso. Este trabalho, a partir de uma das passagens mais polêmicas na tradução do Novo Testamento da Bíblia (o primeiro versículo do primeiro capítulo do Evangelho de João), procura identificar um campo de aplicação para a teoria da relevância de Sperber e Wilson, concebendo-a como uma ferramenta de auxílio tanto ao tradutor quanto ao crítico da tradução.

**Palavras-chave:** pragmática; teoria da relevância; tradução; crítica da tradução.

---

## 1 UMA QUERELA ANTIGA

Era o Verbo um deus? Uma grande maioria prefere “o Verbo era Deus”, enquanto que outros sugerem “o Verbo era divino”. Esta é uma querela que já dura dois mil anos e originou-se com João, um dos doze apóstolos de Jesus de Nazaré. Esse fragmento original em grego compõe o primeiro versículo do primeiro capítulo de seu evangelho (João 1:1) e é um desses casos notáveis de problemas de compreensão que se reflete na tradução. Apesar de sua simplicidade literária e gramatical, deu origem a uma das primeiras dissensões no cristianismo, o arianismo, e foi responsável pelo Concílio de Nicéia em 325 d.C..

Neste trabalho, partindo do texto grego original, analisarei essa passagem bíblica à luz da teoria da relevância, com o propósito de avaliar as potencialidades dessa teoria na tradução e na crítica da tradução. Inicialmente, analisarei cada um dos elementos que compõem o processo cognitivo denominado de relevância para, em seguida, fazer a aplicação prática no texto de João.

---

\*Professor de Língua Inglesa do Colégio Brasil de Tubarão, SC. Mestrando em Ciências da Linguagem na Universidade do Sul de Santa Catarina e doutorando em Letras/Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina.

## 2 RELEVÂNCIA

Relevância é uma palavra usual nas línguas latinas, assim como no inglês: *relevance*, que a adotou do latim medieval. Seu significado está associado com o de *realce*, *saliência*, *relevo*, *grau de valor ou de importância* e tem como sinônimo a palavra *pertinência*. Sperber e Wilson, cientes dos significados já estabelecidos na língua inglesa para *relevance*, ao adotá-la, necessitaram estabelecer um significado técnico específico para ela.

Antes de embarcarmos neste projeto, gostaríamos de tornar claro o que estamos tentando fazer e o que não estamos. Não estamos procurando definir a popular palavra inglesa ‘relevance’. ‘Relevance’ é um termo difuso, utilizado de maneiras diferentes por diferentes pessoas, ou pelas mesmas pessoas em diferentes momentos. Ela não tem um correspondente em algumas línguas. Não há motivos para acharmos que uma análise semântica apropriada da palavra inglesa ‘relevance’ também consiga caracterizar um conceito da psicologia científica.

Creemos, no entanto, que a psicologia científica precisa de um conceito bastante próximo da noção de relevância na linguagem popular; em outras palavras, acreditamos que existe uma importante propriedade psicológica – uma propriedade dos processos mentais – que a noção popular de relevância se aproxima razoavelmente e que, portanto, torna-se apropriado denominá-la também de relevância, utilizando agora o termo num sentido técnico. O que estamos procurando fazer é descrever esta propriedade: isto é, definir *relevância* como um conceito teórico útil.

Assumimos que as pessoas possuem intuições de relevância: que elas conseguem distinguir, de forma consistente, uma informação relevante de outra irrelevante ou, em alguns casos, uma informação mais relevante de outra menos relevante. O fato de existir, na linguagem popular, uma noção de relevância com um significado difuso e variável, resulta mais em um inconveniente do que em uma ajuda. (2003, p. 119 (190-191))<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Neste artigo, optei por uma tradução pessoal do livro *Relevance: communication & cognition*, obra seminal da Teoria da Relevância. Como há uma tradução portuguesa da obra de 2001, as citações de páginas da edição em língua inglesa serão acompanhadas pelo número da página, entre parênteses, da edição portuguesa. Nas demais obras estrangeiras, salvo indicação contrária, as traduções são de minha responsabilidade.

A citação, embora longa, ilustra bem o que vem acontecendo com frequência na lingüística: a criação de novos conceitos teóricos e suas identificações mediante palavras já existentes, cujo significado popular se aproxima imperfeitamente do novo conceito teórico. No caso particular da teoria da relevância, o problema de significado não se limita à palavra *relevância*. Ele se estende também para outras palavras utilizadas na própria conceituação técnica de *relevância*, como: *estímulo ostensivo*, *ambiente cognitivo* e *efeito contextual (cognitivo)*.

Embora, neste artigo, eu trabalhe com o conceito de relevância de acordo com os trabalhos de Sperber e Wilson e explore suas aplicações na crítica da tradução – *translation criticism*, o foco de minha análise se centrará no processo cognitivo inferencial explicado pela teoria. Para isso, faz-se necessário um entendimento dos conceitos atribuídos para as palavras-chave vistas acima, que descrevem este processo. A partir dos significados estabelecidos para cada uma delas, descreverei esse processo inferencial, visando a sua aplicação em análises textuais, tais como as que ocorrem nos processos de tradução e de crítica da tradução.

## 2.1 Estímulo ostensivo

No livro *Relevance: communication & cognition*, Sperber e Wilson encerram o capítulo 1 com a definição de comunicação inferencial ostensiva:

*Comunicação inferencial ostensiva*: o comunicador produz um estímulo que torna mutuamente manifesto para o comunicador e a audiência aquilo que o comunicador pretende, ou seja, tornar manifesto ou mais manifesto para a audiência, por meio deste estímulo, um conjunto de suposições I. (2003, p. 63 (112))

Essa definição é retomada no capítulo 3 para desenvolver o princípio da relevância e de presunção de relevância ótima:

*Presunção de relevância ótima*:

(a) O conjunto de intenções I que o comunicador tenciona tornar manifesto ao destinatário é suficientemente relevante para fazer com o que o destinatário julgue valer a pena processar o estímulo ostensivo.

Era o verbo um Deus?...

(b) O estímulo ostensivo é o mais relevante que o comunicador podia utilizar para comunicar I. (2003, p.157 (242))

Como informação complementar, devo adicionar que essa definição de presunção de relevância ótima, apresentada por Sperber e Wilson na edição de 1986 e 1995, foi revisada no *Postface* publicado no final da edição de 1995 e que reproduzo a seguir:

*Presunção de relevância ótima* (revisada)

(a) O estímulo ostensivo é suficientemente relevante para justificar o esforço do destinatário para processá-lo.

(b) O estímulo ostensivo é o mais relevante e compatível com as habilidades e preferências do comunicador. (2003, p. 270)<sup>2</sup>

O termo *estímulo*, por sua vez, carrega um sentido técnico estabelecido derivado da psicologia comportamental. Sua utilização consagrada pelo *behaviorismo* pode, inclusive, causar estranheza ao se associar a uma teoria cognitivista.

Segundo o *Webster's New World College Dictionary*, a palavra estímulo significa “alguma coisa que desperta ou incita à ação ou a um aumento de ação”. O mesmo dicionário apresenta uma definição particularizada pela psicologia: “qualquer ação ou agente que cause ou mude uma atividade em um organismo, órgão, ou parte, como alguma coisa que excite um órgão final, inicie um impulso nervoso, ative um músculo, etc.”.

A comparação entre as duas definições é fundamental para a compreensão correta da palavra estímulo. Na primeira, temos simplesmente um princípio universal que se aplica tanto ao comportamento humano como à física. Um estímulo produz uma resposta, assim como para toda ação existe uma reação. Porém, o que a psicologia behaviorista fez foi, a partir da *Lei do Efeito*, condicionar comportamentos a partir de estímulos repetitivos (GOULART, 1987, p. 48). Uma simples redução da realidade psicológica.

Sem o reducionismo de condicionamento do comportamento, Sperber e Wilson utilizam estímulo no sentido psicológico. Isso fica bem claro na seguinte passagem.

<sup>2</sup> Como se pode notar, não há mudança de significado significativa. O Posfácio da segunda edição inglesa não foi publicado na edição portuguesa e sua tradução compõe este número especial de Linguagem em (Dis)curso.

Os psicólogos utilizam o termo ‘estímulo’ para qualquer modificação provocada no ambiente físico com a finalidade de ser percebida. Faremos o mesmo. Um enunciado no sentido usual é, naturalmente, um caso especial de estímulo. Diremos, então, que comunicação envolve a produção de um determinado estímulo com as seguintes intenções:

*Intenção informativa*: informar ao destinatário a respeito de alguma coisa;  
*Intenção comunicativa*: informar ao destinatário de uma intenção informativa. (2003, p. 29 (65))

Veamos agora o significado para *ostensivo*. De acordo com o *Webster’s New World College Dictionary*, a palavra inglesa *ostensive* origina-se do francês *ostensif* e significa “apontando diretamente para fora, claramente demonstrativo”. Para Sperber e Wilson, no entanto, *ostensivo* tem um significado um pouco mais elaborado.

[...] Então o comportamento de Pedro tornou manifesto à Maria que ele tenciona tornar-lhe manifestas algumas suposições determinadas. Denominaremos este comportamento – um comportamento que torna manifesto uma intenção de tornar alguma coisa manifesta – comportamento *ostensivo*, ou simplesmente *ostensão*. Mostrar alguma coisa a alguém é um caso de ostensão. Da mesma forma, afirmamos, é uma comunicação intencional. (2003, p. 44 (93))

Do comentário acima, concluímos que *ostensão*, segundo a teoria da relevância, é um comportamento que tem por objetivo chamar a atenção de alguém para uma intenção que se deseja tornar manifesta. Mais adiante, Sperber e Wilson declaram:

Um ato de comunicação para ser bem sucedido deve atrair a atenção da audiência. Neste sentido, um ato de ostensão é um pedido de atenção. (2003, p. 155 (239))

Compreendido o sentido dado para ostensivo na teoria da relevância, necessitamos associá-lo a estímulo para podermos ter a realização do ato ostensivo. Conseqüentemente, *estímulo ostensivo* é um ato (físico: gestual, oral ou escrito) com a intenção de provocar a atenção no destinatário para uma intenção comunicativa por parte da pessoa que o produziu. Nesse sentido,

podemos entender estímulo ostensivo como um fenômeno ou perturbação em um determinado ambiente, que produz uma reação de modo a satisfazer duas condições: (a) atrair a atenção e (b) focalizar a intenção contida no estímulo.

Robyn Carston elaborou um pequeno glossário da teoria da relevância em seu livro *Thoughts and utterances* e define o verbete *ostensive phenomenon* da seguinte maneira:

**fenômeno ostensivo:** um estímulo ou comportamento que torna manifesta uma intenção de tornar uma suposição, ou suposições, manifesta; isto é, um comportamento suportado por uma 'intenção comunicativa'. (2002, p. 378)

Em trabalho mais recente, Wilson e Sperber (2004, p. 607-632)<sup>3</sup> definem mais objetivamente estímulo ostensivo como um fenômeno (olhar, gesto, som, enunciado verbal ou escrito) realizado para atrair a atenção de uma audiência e focalizando-a no significado do comunicador.

## 2.2 Ambiente cognitivo

Embora o conceito de ambiente cognitivo seja essencial para a compreensão da teoria da relevância, tem sido um conceito mais utilizado do que explicado. Sperber e Wilson, Carston e Blakemore são lacônicos quando se referem a ele.

- “Um *ambiente cognitivo* de um indivíduo é um conjunto de fatos que lhe são manifestos”. (SPERBER e WILSON, 2003, p. 39 (80))
- “**Ambiente cognitivo (de um indivíduo):** o conjunto de suposições que são manifestas a um indivíduo em um determinado momento”. (CARSTON, 2003, p. 376)
- “De acordo com Sperber e Wilson, denominamos de *ambiente cognitivo* o conjunto de suposições que você consegue formar”. (BLAKEMORE, 1992, p. 28)

Ernst-August Gutt é quem torna as coisas um pouco mais claras quando, a partir do conceito de contexto de Sperber e Wilson, amplia a noção de ambiente cognitivo.

<sup>3</sup> A tradução desse trabalho pode ser vista neste número especial de Linguagem em (Dis)curso.

Antes de continuar a discussão sobre relevância e efeitos contextuais, necessitamos deixar claro o que entendemos por contexto, que é uma palavra utilizada com diferentes significados por diferentes pessoas. Na teoria da relevância, contexto é entendido como “o conjunto de premissas utilizadas na interpretação de um enunciado” (Sperber e Wilson 1986a:15). Como tal, ele é, na teoria da relevância, uma noção psicológica: refere-se a um subconjunto das crenças do ouvinte a respeito de mundo – mais precisamente, refere-se a uma parte do ambiente cognitivo do ouvinte. O ambiente cognitivo é uma noção bastante compreensiva: o ambiente de um indivíduo consiste em todos os fatos que um indivíduo é capaz de representar em sua mente e de aceitá-las como verdade ou prováveis verdades. A fonte desta informação pode ser a percepção (visão, audição, etc.) memória, ou inferência, que pode fazer uso das informações das outras duas fontes. (1992, p. 22)

Finalmente, para completar o quadro relativo ao ambiente cognitivo, necessito acrescentar a idéia, utilizada por Sperber e Wilson, de fato manifesto.

Um fato é manifesto a um indivíduo em um determinado momento se e somente se ele for capaz, neste momento, de representá-lo mentalmente e aceitar esta representação como verdade ou provável verdade.

[...]

Ser manifesto, então, é ser perceptível ou inferenciável. O ambiente cognitivo total é o conjunto de todos os fatos que um indivíduo pode perceber ou inferir: todos os fatos que lhe são manifestos. Um ambiente cognitivo total de um indivíduo é uma função de seu ambiente físico e suas capacidades cognitivas. Ele consiste não somente de todos os fatos de que ele tem consciência, mas também de todos os fatos de que poderá tomar consciência em seu ambiente físico. A consciência real dos fatos pelo indivíduo, isto é, o conhecimento que já está adquirido, naturalmente contribui para sua capacidade de tomar consciência de fatos adicionais. A informação memorizada, naturalmente, é um componente das capacidades cognitivas. (2003, p. 39 (79-80))

Podemos, agora, estabelecer nosso próprio quadro de ambiente cognitivo, destacando alguns de seus principais elementos constitutivos. Temos o contexto como uma de suas partes fundamentais, visto que dele se derivam as implicaturas. Por contexto, entendem-se todas as informações acessíveis a

uma pessoa, incluindo informações sócio-culturais, históricas, situacionais, crenças, visões de mundo, etc. (*ibidem*, p. 15-16 (45-46)). Temos ainda, segundo Sperber e Wilson, a capacidade cognitiva de fazer inferências e deduções a partir do conhecimento. Podemos acrescentar, para completar o quadro, a capacidade de processar informações, a memória e os mecanismos cognitivos como os da teoria dos esquemas.

### 2.3 Efeito contextual

Iniciarei a análise de efeito contextual, partindo da definição dada por Carston em seu Glossário da teoria da relevância:

**Efeitos contextuais:** o resultado de uma frutífera (isto é, relevante) interação entre um estímulo perturbador e um subconjunto de suposições já existentes no sistema cognitivo; existem três tipos principais de efeitos contextuais (cognitivos): suporte e fortalecimento de suposições existentes, contradição e eliminação de suposições, combinações inferenciais de forma a produzir novas conclusões. (2002, p. 377)

O efeito contextual é, portanto, o resultado de uma operação cognitiva com base em uma interação ou perturbação ocorrida no ambiente cognitivo do receptor (destinatário, leitor, espectador). Essa perturbação nada mais é do que uma resposta a um enunciado atuando como estímulo. Esse mesmo enunciado pode perturbar o ambiente cognitivo anterior de três maneiras. Se houver uma combinação de informações novas com as existentes no ambiente cognitivo, mediante um processo inferencial, resultará em um novo conhecimento, levando o destinatário de um estado conhecido para um estado até então desconhecido. Se a informação proveniente do estímulo for conhecida, ela fortalecerá o conhecimento prévio do indivíduo. Por fim, se a informação proveniente do estímulo contradisser um conhecimento prévio poderá resultar em anulação ou apagamento de suposições.

Esse é o entendimento expresso por Gutt:

Tecnicamente, modificações no contexto são referidas como *efeitos contextuais*, e estes podem ser de três tipos: eles podem consistir na derivação de *implicações contextuais*, no *fortalecimento*, ou confirmação,

de suposições já existentes, ou na *eliminação* de suposições devido a uma contradição. (2000, p. 29)

Ainda sobre efeitos contextuais, há um ponto fundamental para o qual Sperber e Wilson chamam a atenção:

O tipo de efeito em que estamos interessados é o resultado da interação entre uma informação nova e outra antiga. Este tipo de efeito já foi discutido. Implicações contextuais são efeitos contextuais: eles resultam de uma interação crucial entre informações novas e antigas funcionando como premissas numa implicação sintética. (2003, p. 109 (175))

O que Sperber e Wilson estão procurando destacar nesse comentário é que um enunciado ou informação, para produzir efeitos contextuais em um ambiente cognitivo, tem de ter alguma relação com as informações nele existentes. Conforme mostrarei mais adiante, tem de ser relevante. Adicionalmente, uma informação nova que apenas duplica uma existente, ou não possui com essa informação existente qualquer relação, não produz efeitos contextuais. Ou seja, essa informação nova não tem efeito sobre o ambiente cognitivo; não o perturba, não o modifica, não o aperfeiçoa, simplesmente por não haver interação.

## 2.4 Juntando tudo I

Após ter examinado, em separado, três elementos fundamentais para a teoria da relevância (*estímulo ostensivo*, *ambiente cognitivo* e *efeitos contextuais*), chego ao momento de reuni-los para entendermos como se relacionam. Primeiramente, convém repetir, efeitos contextuais são resultados não somente do estímulo ostensivo, ou do ambiente cognitivo, mas da combinação de ambos, conforme indica Gutt:

Um efeito contextual é uma modificação do ambiente cognitivo de alguém e que não teria sido conseguido apenas pelo estímulo, nem pelo contexto sozinho, mas somente pela combinação inferencial de ambos. (1992, p. 22)

Temos, então, um enunciado que se manifesta como um estímulo ostensivo e atua sobre um ambiente cognitivo, produzindo efeitos contextuais mediante a interação entre ambos (estímulo e ambiente cognitivo). A compreensão dessa asserção deve estar clara, a esta altura, devido às explicações anteriores dos três elementos em que ela se fundamenta. Porém, a razão dessas explicações não foi apenas para tornar esta declaração inteligível, embora esta tenha sido uma delas, mas de fornecer um fundamento para o entendimento de como funciona a relevância, segundo a teoria de Sperber e Wilson.

Primeiramente, os dois autores partem do efeito contextual para caracterizar o conceito de relevância. Para eles, relevância é uma propriedade psicológica inata – uma propriedade dos processos mentais – e responsável pelos efeitos contextuais. As pessoas tendem a prestar atenção aos fenômenos que são relevantes (produzem efeitos contextuais) e os processam de forma a maximizar essa relevância. Em segundo lugar, o que não é relevante não produz efeitos contextuais por não interagir com o ambiente cognitivo. Dito de outra maneira, para se ter algum efeito contextual dentro de um contexto, necessita-se que o estímulo esteja associado com algo relevante. Desse raciocínio, resulta o princípio embrionário de relevância:

Uma suposição é relevante em um contexto se e somente se ela produz algum efeito contextual neste contexto. (2003, p. 122 (194))

Esta definição básica é desenvolvida e ampliada para relevância ótima em que todo estímulo ostensivo pressupõe uma relevância, resultando no princípio da relevância:

**Princípio da relevância**

Todo ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima. (2003, p. 158 (242))

Porém, o que mais nos interessa neste trabalho é o aperfeiçoamento do princípio embrionário que relaciona relevância com contexto. Este aperfeiçoamento se dá pela associação com o conceito de *produtividade*. Este conceito, fundamental no mundo empresarial, inerente às nossas características biológicas e cognitivas, auxilia a entender relevância como algo relativo, pois conforme reconhecem Sperber e Wilson, “relevância é uma questão de grau”

(2003, p. 123 (196)). O princípio de produtividade nos ensina que em qualquer processo, seja mental ou físico, sempre tendemos a obter o máximo de resultado com o mínimo de esforço.

Da mesma forma, no processo mental de produzirem-se efeitos contextuais, devido à interação de um estímulo em um ambiente cognitivo, busca-se maximizar a relevância procurando-se obter o maior número de efeitos contextuais com o menor esforço possível. Chegamos, assim, acredito, a um ponto em que se torna fácil compreender o que Sperber e Wilson querem dizer com princípio da relevância conforme definido no *Postface* da segunda edição de livro *Relevance* e denominado de primeiro princípio de relevância (um princípio cognitivo).<sup>4</sup>

**Relevância para um indivíduo** (comparativa)

Condição de extensão 1: Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que forem grandes os efeitos cognitivos positivos conseguidos quando é processada otimamente.

Condição de extensão 2: Uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os esforço para atingir esse efeito cognitivo seja pequeno. (2003, p. 265-266)<sup>5</sup>

Resumindo, um estímulo ostensivo, pressupondo um conjunto de suposições I relevantes, interage com o ambiente cognitivo do destinatário e resulta em um número de efeitos contextuais tanto maior quanto maior for sua relevância. O processamento é maximizado quando produz o maior número possível de efeitos contextuais, com o menor esforço despendido.

Na seqüência, procurarei ilustrar de forma prática os conceitos associados com a teoria da relevância. Para isso utilizarei, conforme estabelecido no início deste trabalho, o texto de João 1:1 do Novo Testamento, por tratar-se de um texto polêmico quanto a sua tradução.

<sup>4</sup> A alteração, em relação ao texto inicial é mais de terminologia e não é substancial. Nota-se um cuidado em diferenciar-se princípio cognitivo de princípio comunicativo, dividindo-se o princípio da relevância em dois. O primeiro princípio é cognitivo, enquanto que o segundo é comunicativo. Na primeira edição não havia essa distinção. O que de fato ocorre no *Postface* é a renomeação de *Relevância de um fenômeno* (comparativa) para *Primeiro Princípio da Relevância* e denominado de *Relevância para um indivíduo* (comparativa). O que foi denominado de *Princípio da Relevância* na edição de 1986, passou a ser o *Segundo Princípio da Relevância* no *Postface* de 1995 e renomeado para *Presunção de relevância ótima* (revisado). Trata-se, de um modo geral, de modificações *ceteris paribus*.

<sup>5</sup> O *Postface* não foi incluído na edição portuguesa. Sua tradução compõe este número especial de Linguagem em (Dis)curso.

### 3 O TEXTO DE JOÃO 1:1

O texto que utilizarei para exemplificar os vários conceitos envolvidos na teoria da relevância é o início do Evangelho de João, parte do Novo Testamento da Bíblia, identificado como João 1:1. Os quatro Evangelhos do Novo Testamento (Mateus, Marcos, Lucas e João), escritos no primeiro século de nossa era, são descritos como um tipo de forma literária por Arthur G. Patzia.

Muito poucos duvidam que os evangelistas foram influenciados pelas convenções literárias de seus dias ou que determinadas características da literatura antiga ajuda-nos a entender mais claramente a natureza dos Evangelhos. Porém as diferenças significativas têm levado muitos eruditos contemporâneos a caracterizar os Evangelhos como um “subgênero”, “subtipo” ou “subgrupo” das formas literárias antigas. Como tal, eles constituem um distinto – mas não único – gênero entre os escritos antigos. Eles poderiam ser descritos como “manuais teológicos” ou “biografias teológicas”. (1995, p. 58)

João, à maneira de Mateus, Marcos e Lucas, escreve sobre Jesus de Nazaré, relatando parte de sua vida na Judéia e seus ensinamentos. Porém, o propósito especial desses quatro relatos é o de fortalecer a imagem de Jesus como o Messias esperado pelos judeus, como filho de Deus e salvador da humanidade. Tal mensagem foi dirigida não somente aos judeus, mas também às demais nações. Para isso, todos os livros que compõem o Novo Testamento estão escritos em grego *koine*. Na época, o grego *koine* desempenhava um papel de língua *franca*, semelhante ao papel do inglês dos dias atuais.

A seguir, apresento o primeiro versículo do Evangelho de João no original grego,<sup>6</sup> acompanhado de sua transliteração para caracteres latinos<sup>7</sup> e de cinco traduções interlineares (duas pessoais – português e latim – duas

---

<sup>6</sup> Texto grego segundo o *Novum Testamentum Graece* de Nestle-Aland, editado por Deutsche Bibelgesellschaft, Stuttgart. Não existem divergências quanto ao texto grego, desta passagem, nas principais edições como as de Nestle-Aland, Westcott & Hort e UBS4.

<sup>7</sup> Transliteração para caracteres latinos. Alguns exemplos: e = o, = E, o = o, w = O, x = ch, q = th. No caso de ol = ho, a letra h corresponde a uma aspiração forte, assemelhando-se ao “r” inicial das palavras portuguesas. Cabe destacar que para os caracteres gregos e transliteração do grego, utilizei fontes da Parsons Technology.

em inglês e uma em francês).<sup>8</sup> A tradução interlinear é importante em um trabalho de crítica da tradução porque permite ao leitor enxergar a palavra original que está por trás da palavra inserida na tradução (BeDUHN, 2003, p. 12). Para o tradutor, o exegeta e o crítico de tradução, as traduções interlineares editadas têm sido uma excelente ferramenta de trabalho. Acompanhando cada palavra grega original, inseri a correspondente transliteração para caracteres latinos como auxílio para os leitores não familiarizados com o grego.

Uma palavra adicional. Na tradução interlinear do grego, costuma-se: traduzir todos os artigos definidos, mantendo-os na tradução (devido às particularidades da língua grega quanto a utilização do artigo definido); não adicionar artigos indefinidos, a não ser quando acompanhados de algum sinal indicativo de inserção como colchetes ou parênteses (não existe artigo indefinido no grego); e, ignorar determinadas partículas por não possuírem equivalentes em línguas como o inglês, português, francês, etc. (por exemplo, o *par me... de*). Já na tradução normal, exige-se uma habilidade lingüística e textual do tradutor para saber quando eliminar artigos definidos e quando inserir artigos indefinidos. É aqui que reside o perigo.

ἐν	ἀρχῇ	ἦν ὁ	λόγος,	καὶ ὁ	λόγος	ἦν	πρὸς	τὸν	θεόν,		
ēn	archē	ēn	ho	logos,	kai	ho	logos	ēn	pros	ton	theon
No	princípio	era	o	verbo,	e	o	verbo	era	com	o	deus,
In	princípio	erat	verbum	et	verbum	erat	apud				deum
In [the]	beginning	was	the	Word,	and	the	Word	was	with		God,
In	a beginning	was	the	Word,	and	the	Word	was	with	the	God,
Au	commencement	était	la	parole,	et	la	parole	était	auprès	de	Dieu,

καὶ θεὸς ἦν ὁ λόγος.

<b>kai</b>	<b>theos</b>	<b>ēn</b>	<b>ho</b>	<b>logos.</b>
e	[um] deus	era	o	verbo.
et	deus	erat		verbum.
and	God	was	the	Word.
and	a god	was	the	Word.
et	Dieu	était	la	parole.

<sup>8</sup> As traduções para o inglês e para o francês provêm das seguintes fontes: GREEN, Jay P. (ed. e trad.). *The Interlinear Bible: Hebrew-Greek-English*. Massachusetts: Hendrickson, 1984; WILSON, Benjamin (ed. e trad.). *The Emphatic Diaglott. New Testament*. Brooklyn: International Bible Students Association, 1942; CARREZ, Maurice (ed. e trad.). *Nouveau Testament Interlinéaire Grec/Français*. Alliance Biblique Universelle, 1993.

Era o verbo um Deus?...

Nas minhas duas traduções pessoais, para o português e latim, preferi manter todas as palavras em letras minúsculas, inclusive deus. Na época em que os originais foram escritos e conforme atestado pelos manuscritos existentes, não havia tal diferenciação na língua grega escrita. Os textos gregos eram escritos utilizando-se somente maiúsculas (chamada de escrita uncial) e sem separação entre as palavras. Somente alguns séculos mais tarde introduziram-se as minúsculas,<sup>9</sup> a separação entre palavras e a prática de iniciar algumas palavras por letra maiúscula. A rigor, a introdução de maiúsculas na tradução interlinear corresponde a uma determinação *a priori* de interpretação do tradutor, em detrimento da integridade do original que não apresenta tal diferenciação.

Além do texto original em grego e de algumas traduções interlineares, incluo, a seguir, algumas de suas traduções publicadas em diferentes traduções da Bíblia, com indicação da fonte correspondente. Estas traduções apresentam as necessárias adequações sintáticas e de equivalência textual, além de, em alguns casos, a tendenciosidade do tradutor.<sup>10</sup>

(1) In principio erat Verbum et Verbum erat apud Deum et Deus erat Verbum.

(2) No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.

(3) No princípio era a Palavra, e a Palavra estava com Deus, e a Palavra era Deus.

(4) No princípio era a Palavra, e a Palavra estava com o Deus, e a Palavra era [um] deus.

(5) In the beginning was the Word, and the Word was with God, and the Word was God.

(6) In the beginning was the Word, and the Word was with God, and the Word was God.

<sup>9</sup> Bruce M. Metzger apresenta o início do século IX d.C. como a época em que se reformou a escrita manuscrita grega, introduzindo-se as letras minúsculas (METZGER, 1992, p. 9).

<sup>10</sup> (1) Bíblia Sacra Vulgata; (2) Versão Almeida Revista e Atualizada (ARA), 2ª edição 1993; (3) O Novo Testamento. Nova Versão Internacional (NVI), 1993; (4) Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas (NWT). Revisão de 1986; (5) King James Version (KJV), 1611; (6) New American Standard Bible (NASB), 1963; (7) New Revised Standard Version (NRSV), 1989; (8) Amplified Bible, 1958; (9) Good News Bible in Today's English Version, 1976.

(7) In the beginning was the Word, and the Word was with God, and the Word was God.

(8) In the beginning [before all time] was the Word (Christ), and the Word was with God, and the Word was God Himself.

(9) Before the world was created, the Word already existed; he was with God, and he was the same as God.

### 3.1 O estímulo ostensivo em João 1:1

Enquanto que nos outros três evangelhos seus autores (Mateus, Marcos e Lucas) procuram apresentar evidências de que Jesus de Nazaré é o Messias, estabelecendo sua genealogia até Davi, João surpreende pela ausência dessa genealogia e pela forma com que inicia seu evangelho. Suas primeiras palavras não apresentam Jesus como Messias, nem como herdeiro do trono de Davi, ou cordeiro de Deus, todas elas expressões semíticas com que os judeus estavam familiarizados a partir da *Torah* e de todo o Velho Testamento. Jesus é apresentado como *ho logos* (ὁ λόγος), uma palavra genuinamente grega, e suas origens não remontam apenas até Davi, mas a *ho theos* (ὁ θεός), estando com ele desde *hē archē* (ἡ ἀρχή). E, como que chegando a um clímax, João conclui afirmando que esse *ho logos* (ὁ λόγος) era *theos* (θεός).

Temos nesta sentença um enunciado funcionando como um estímulo ostensivo, despertando a atenção do leitor e focando sua atenção sobre a intenção do escritor. Segundo a teoria da relevância, este ato de comunicação ostensiva comunica a presunção de sua própria relevância ótima. Ou seja, o leitor ao ter seu ambiente cognitivo perturbado por este estímulo ostensivo, reage automaticamente e identifica a intenção comunicativa do escritor, pressupondo a relevância desta informação. Tem-se, então, o início da interação entre estímulo ostensivo e ambiente cognitivo. Qual seria esse ambiente cognitivo?

### 3.2 O ambiente cognitivo para o qual foi escrito João 1:1

Para determinarmos o ambiente cognitivo para o qual o evangelho de João foi escrito, necessitamos iniciar respondendo a pergunta: “Por que e para quem João escreveu seu evangelho?” O próprio João responde no último

verso do penúltimo capítulo de seu evangelho (João 20:31): “Estes porém foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome.”<sup>11</sup> João apresenta, portanto, uma mensagem sobre a natureza de Jesus e escreve com um propósito missionário, diferenciando-se dos demais três evangelhos conhecidos como sinópticos.<sup>12</sup> Seu público leitor alvo era tanto judeus como não judeus. E, principalmente, a grande maioria desse público estaria familiarizada com os livros, em hebraico, que viriam a constituir o *canon* do Velho Testamento. Além disso, estava em circulação nessa época, sendo utilizada pelos que liam grego, a versão grega do *canon* hebraico, conhecida como *Septuaginta* ou Versão dos Setenta, produzida no século III a.C por eruditos judeus em Alexandria. Essa característica missionária dirigida a leitores de hebraico e grego é ressaltada em uma citação do livro *Janelas para o Novo Testamento*:

“O autor do quarto evangelho se põe na encruzilhada entre dois mundos: o hebreu e o grego, para onde convergem as duas maiores tradições espirituais e intelectuais da raça” (Stander) (As aspas são do original). (TOGNINI e BENTES, 1992, p. 109)

Esse público leitor de hebraico e grego, conhecedores dos livros que constituíam o que hoje denominamos de Velho Testamento, estavam bem familiarizados com a primeira frase do primeiro livro, Gênesis 1:1. Essa passagem, em hebraico, é reproduzida a seguir junto com a transliteração e uma tradução interlinear para o português.<sup>13</sup>

בְּרֵאשִׁית בָּרָא אֱלֹהִים אֶת הַשָּׁמַיִם וְאֶת הָאָרֶץ  
hā 'ārēṣ ve 'ēt hāšāmāyīm 'ēt 'ēlōhîm bārā' b'erē 'šîṭ  
a terra e o céu Deus criou no princípio

<sup>11</sup> Citado da tradução para o português por João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada no Brasil, 2ª. edição.

<sup>12</sup> O termo sinóptico, do grego synoptic (ver no mesmo momento), foi cunhado por J. J. Griesbach (1745-1812) e atribuído aos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas porque fornecem uma descrição comum e bastante similar da história de Jesus.

<sup>13</sup> Texto hebraico da *Bíblia Hebraica* editada por Rud Kittel e publicada por Württembergische Bibelanstalt, Stuttgart. Para os caracteres hebraicos e transliteração do hebraico, utilizei fontes da Parsons Technology. A transliteração foi feita de acordo com *A Practical Grammar for Classical Hebrew* de J. Weingreen (1967).

A mesma passagem, na *Septuaginta*, é como segue, também acompanhada de uma transliteração e tradução interlinear para o português.<sup>14</sup>

ἐν ἀρχῇ ἐποίησεν ὁ θεός τὸν οὐρανὸν καὶ τὴν γῆν  
 en archē epoiēsen ho theos ton ouranon kai ten gēn  
 no princípio criou o deus o céu e a terra

### 3.3 Os efeitos contextuais a partir de João 1:1

Quando justapomos os textos hebraico e grego de Gênesis 1:1, obtemos um importante elemento constituinte do ambiente cognitivo do leitor do evangelho de João e, ao interagi-lo com a passagem em 1:1, podemos dar início a alguns dos possíveis efeitos contextuais. O texto hebraico de Gênesis 1:1 inicia com a palavra תְּרַאשִׁית בְּרֵאשִׁית que significa “no princípio” e que a *Septuaginta* traduziu para o grego como **en archē** (ἐν ἀρχῇ). Ora, sendo este também o início em grego de João 1:1, sem qualquer esforço surge um primeiro efeito contextual. João retrocede no tempo para o mesmo “no princípio” registrado em Genesis 1:1 e que deveria ser bastante familiar tanto aos falantes de hebraico como de grego. Estabelece-se assim, como um efeito contextual, uma conexão entre o início de Gênesis com o do evangelho de João

וַיְהִי תְּרַאשִׁית בְּרֵאשִׁית	אֵלֹהִים תְּשַׁמְיֵם	בְּרֵאשִׁית בְּרֵאשִׁית
hā'arēš ve'ēt	hăšāmăyīm 'ēt 'ēlohîm	bārā' b'erēšî't
τὴν γῆν καὶ τὸν οὐρανὸν	ὁ θεός ἐποίησεν ἐν ἀρχῇ	
ten gēn kai ton ouranon	ho theos epoiēsen en archē	
a terra e o céu	o deus criou no princípio	

A seguir, João declara que **ho logos** (ὁ λόγος) já existia nessa época denominada de “no princípio” e estava com **ho theos** (ὁ θεός). O uso de **ho logos** (ὁ λόγος) contradiz a expectativa de uma palavra mais familiar aos judeus, como o Messias, gerando novos efeitos contextuais sobre as razões dessa escolha. Porém, a identidade desse **ho logos** (ὁ λόγος) é confirmada por novo efeito contextual resultante da associação do **ho theos** (ὁ θεός) de João 1:1 com o **ho theos** (ὁ θεός) de Gênesis 1:1 da *Septuaginta* e אֵלֹהִים

<sup>14</sup> Texto grego de *The Septuagint with Apocrypha*, editado por Sir Lancelot C. L. Brenton e publicado por Hendrickson Publishers, Massachusetts.

do texto hebraico. Se o **ho theos** (ὁ Θεός) de João 1:1 é o Deus dos judeus (אֱלֹהִים) de Gênesis 1:1, o **ho logos** (ὁ λόγος) mencionado somente poderá ser o Messias.

João termina o versículo (constituído de três enunciados) afirmando que **ho logos** (ὁ λόγος) era **theos** (θεός). É difícil imaginar o grau de estranhamento que a ausência do artigo definido em **theos** (θεός), em oposição ao primeiro com artigo **ho theos** (ὁ Θεός), causava a um falante grego da época. Entretanto, para um judeu monoteísta que utilizasse o grego como segunda língua o estranhamento poderia ocorrer tanto no sentido religioso como no lingüístico. Temos uma oração simples com sujeito e predicativo, estando, portanto, todos os dois no caso nominativo. Que o sujeito é **ho logos** (ὁ λόγος) não há dúvida, confirmado não somente pelo contexto, mas também pelo artigo definido associado com **logos** (λόγος). Para confirmar a estranheza ou perturbação que deveria causar a ausência do artigo sobre o ambiente cognitivo dos leitores da época, no mesmo evangelho, João repete a estrutura gramatical de oração predicativa, porém com o predicativo acompanhado de artigo definido. Convém mencionar que a ausência de artigo definido no grego corresponde a uma indefinição do substantivo e, nas traduções para outras línguas, pode tornar-se necessário a inclusão do artigo indefinido (caso do inglês, francês, português, espanhol, etc.).

Estaria João afirmando que **ho logos** (ὁ λόγος) era um deus, ou haveria alguma regra gramatical conhecida pelos falantes de grego, pertencente aos seus ambientes cognitivos e que, no tipo de oração utilizada, fazia com que **theos** (θεός sem artigo), correspondesse automaticamente a **ho theos** (ὁ Θεός com artigo)? Eram **ho theos** (ὁ Θεός) e **theos** (θεός) de João 1:1 a mesma entidade, o mesmo Deus, ou seriam entidades diferentes e até mesmo deuses diferentes? Uma coisa é certa, o esforço despendido estava sendo compensado pelos muitos efeitos contextuais produzidos.

Duas coisas, pelo menos, podemos depreender da ausência do artigo no **theos** (θεός) de João 1:1. Primeiro, a ausência do artigo na oração predicativa deve ter causado algum tipo de estranheza e perturbação nos leitores do texto grego de João. Segundo, essa mesma oração predicativa, funcionando como um estímulo ostensivo, perturbava o ambiente cognitivo desses leitores de grego, exigindo um esforço a ser compensado por inúmeros efeitos contextuais.

O resultado não se fez por esperar. Duas correntes se formaram entre os cristãos da época. Uma, baseada em João 1:1, defendia Jesus como filho de Deus e sendo o próprio Deus – ho theos (ὁ Θεός) – enquanto que a outra, também baseada em João 1:1, defendia Jesus como filho de Deus e tendo uma natureza divina sem ser o próprio Deus. Uma diferença de opinião ou dois efeitos contextuais importantes e conflitantes, algo não muito apropriado para a unidade do movimento cristão em seu início.

Em 325 d.C., o imperador romano Constantino convocou o Concílio de Nicéia e impôs, segundo a *Enciclopédia Britânica*, o credo da relação de Cristo para com Deus como sendo uma só substância:

O próprio Constantino presidiu, ativamente orientando as discussões, e pessoalmente propôs [...] o preceito crucial, que expressa a relação de Cristo para com Deus no credo instituído pelo concílio, ‘de uma só substância com o Pai’ [...] Intimidados diante do imperador, os bispos, com apenas duas exceções, assinaram o credo, muitos dos quais bem contra à sua inclinação pessoal.<sup>15</sup>

Efeitos contextuais são o resultado de um processo cognitivo e sua eliminação não se resolve por decreto. A querela iniciada com João 1:1, há dois mil anos atrás, continuaria até os dias de hoje.

### 3.4 Os efeitos contextuais duradouros de João 1:1

Por volta do ano 400 d.C., Jerônimo traduziu a Bíblia (Velho e Novo Testamentos) para o latim e não teve problemas na tradução de João 1:1, visto que o latim não utilizava o artigo definido e muito menos o indefinido. Ele não deve ter tido também problemas em decidir quando usar Deus, ou deus, porque, na época, tanto o grego como o latim eram escritos utilizando-se apenas letras maiúsculas. Por séculos, a *Vulgata* (forma como ficou conhecida a tradução feita por Jerônimo) manteve uma situação estável quanto à polêmica dos efeitos contextuais de João 1:1.<sup>16</sup> No entanto, essa estabilidade voltou a ser perturbada

<sup>15</sup> *Encyclopaedia Britannica*, verbete *council* (Council of Nicaea).

<sup>16</sup> As poucas traduções da Bíblia eram traduções da *Vulgata*, ou seja, tradução da tradução.

Era o verbo um Deus?...

com os movimentos independentes de tradução da Bíblia para as línguas vernáculas a partir do século XV, principalmente quando essas traduções começaram a ser feitas diretamente do hebraico e do grego.<sup>17</sup> William Tyndale, Miles Coverdale, John Rogers, Thomas Granmer e Lutero foram alguns desses precursores, com finais não muito felizes para alguns. Tyndale, John Rogers e Thomas Granmer, por exemplo, foram condenados e queimados em fogueiras públicas.

Para as traduções feitas a partir do latim, utilizando-se o texto da Vulgata, esta fornecia o padrão para a tradução de João 1:1: *In principio erat Verbum et Verbum erat apud Deum et Deus erat Verbum*. No entanto, quando a tradução do Novo Testamento era feita diretamente do grego e não da *Vulgata*, João 1:1, como um estímulo ostensivo, voltava a atuar sobre o ambiente cognitivo do tradutor, gerando efeitos contextuais e reacendendo a polêmica. Como explicar a ausência do artigo definido na oração **kai theos ēn ho logos** (καὶ Θεὸς ἦν ὁ λόγος)? Era Jesus o próprio Deus, ou apenas um ser divino, um deus? Como traduzir esta parte do texto de João 1:1?

Em uma situação descontextualizada, a tradução de uma oração como **kai theos ēn o logos** (καὶ Θεὸς ἦν ὁ λόγος) não apresentaria problemas e em português seria “e a palavra era um deus”, porém as traduções da Bíblia possuem o caráter de exegese e as traduções, em muitos casos, necessitam harmonizar-se com crenças pré-estabelecidas. Curiosamente, a inserção ou eliminação de artigos, tanto definidos como indefinidos, ou algumas palavras serem iniciadas com maiúsculas e outras não, nem sempre são uma imposição da língua para a qual é feita a tradução, mas uma adaptação ao conhecimento de mundo existente no ambiente cognitivo do tradutor.

Para justificar a tradução “e a Palavra era Deus”, segundo o modelo da *Vulgata*, surgiram várias regras prescritivas *a posteriori* a respeito do uso do

---

<sup>17</sup> Philip W. Comfort faz o seguinte comentário em seu livro *The complete guide to Bible Versions*: “Com o Renascimento veio o ressurgimento do estudo dos clássicos – e com ele o ressurgimento do estudo do grego, assim como o do hebraico. Pela primeira vez em aproximadamente mil anos (500 – 1500 – tempo aproximado em que o latim foi a língua dominante para a erudição, exceto na igreja grega), os eruditos começaram a ler o Novo Testamento em sua língua original, o grego. Por volta de 1500, o grego já estava sendo ensinado em Oxford” (1996, p. 41).

artigo no grego *koine*, sendo a mais conhecida a regra de Colwell (1933): “Um predicativo nominativo definido tem o artigo quando posterior ao verbo; ele não terá o artigo quando preceder o verbo”.<sup>18</sup> Segundo esta regra, *theos* (Θεός), no caso de ser um predicativo definido, dispensa o artigo porque antecede o verbo copulativo. Independente da validade ou não da regra, ela nada adiciona sobre se o predicativo é definido ou não. O que ela afirma é que *se* o predicativo *for definido*, dispensará o artigo. Cabe ao leitor identificar, ou assumir, se se trata de um predicativo definido ou não. Richard A. Young, um adepto da tradução “e a Palavra era Deus” e da regra de Colwell, honestamente reconhece esta limitação:

O problema ao aplicar-se a regra de Colwell está em determinar quando o predicativo nominativo é definido. A regra, por ela mesma, não estabelece que um substantivo é definido, uma observação algumas vezes ignorada quando aplicada a João 1:1. (1994, p. 65)

Jason David BeDuhn, um crítico da regra de Colwell, reforça esta limitação:

A “regra” nada faz para auxiliar na determinação de se um substantivo é, ou não é, definido. Mesmo se a “regra de Colwell” fosse verdadeira, ela no melhor dos casos permite admitir a possibilidade de um predicativo nominativo sem o artigo, anterior ao verbo, seja definido. Ela não consegue provar que a palavra é definida. Mas visto que a regra não fornece meios de distinguir entre um predicativo nominativo definido ou indefinido anteposto ao verbo, muitos erros têm sido cometidos ao assumir-se todos os predicativos nominativos pré-verbos como definidos. (2003, p. 63)

Outra maneira de interpretar-se a ausência do artigo em *theos* (Θεός) é considerando-o como um predicativo substantivo com uma função adjetiva. Neste caso, *theos* (Θεός) não seria um substantivo determinativo, mas uma qualidade atribuída à Palavra (*ho logos* - ὁ λόγος), além do que existe uma tendência entre os gramáticos em aceitar predicativos adjetivos como anartros.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> A regra de Colwell pode ser encontrada nas seguintes obras: BeDUHN, *Truth in translation*, 2003, p. 117 e WALLACE, Daniel B. *Greek grammar beyond the basics*, 1996, p. 257.

<sup>19</sup> A palavra grega para artigo é *artos*. *Anartros* significa ausência de artigo e designa os casos gramaticais em que o artigo é omitido.

Era o verbo um Deus?...

William Sanford Lasor é um deles e faz o seguinte comentário: “O predicativo adjetivo é, quase que invariavelmente, anartro (isto é sem o artigo definido). Ele pode vir antes ou depois do sujeito que está qualificando” (1998, p. 63). Parece também ser esse o entendimento de Max Zerwick e Mary Grosvenor em sua obra *A grammatical analysis of the Greek New Testament*, editada pelo Pontifício Instituto Bíblico, ao comentarem gramaticalmente João 1:1: “**Θεός**”, “a Palavra era divina”, predicativo sem artigo, insistindo sobre a natureza da Palavra” (1996, p. 285).

Daniel B. Wallace, em seu livro *Greek grammar beyond the basics*, discute o uso do artigo no Novo Testamento em 81 páginas de um total de 725 (1996, p. 209-290). A respeito de João 1:1, apresenta três possíveis traduções: (a) **theos** (**Θεός**) indefinido, com a tradução “e a Palavra era um deus;”<sup>20</sup> (b) **theos** (**Θεός**) definido sem artigo, com a tradução “e a Palavra era Deus;”<sup>21</sup> (c) **theos** (**Θεός**) qualitativo, com a tradução “e a Palavra era divina”.<sup>22</sup> No entanto, embora Wallace declare que a tradução mais apropriada seja a qualitativa, diz preferir a tradução “e a Palavra era Deus”. Em uma nota, ao pé da página, ele explica:

Embora eu creia que **Θεός** em 1:1c seja qualitativo, penso que a tradução mais simples e direta seja, “e a Palavra era Deus” (*and the Word was God*). Parece ser melhor afirmar claramente o ensino do NT a respeito da divindade de Cristo e então explicar que ele *não* é o Pai, do que parecer ambíguo quanto a sua divindade e explicar que ele é Deus, mas não é o Pai. (1996, p. 269, nota 31)

<sup>20</sup> Algumas traduções adotam **theos** (**Θεός**) indefinido (um deus), sendo a *Tradução do Novo Mundo* a mais conhecida. Para Jason BeDuhn esta é a melhor tradução, por ser a mais provocativa para o leitor moderno (BeDUHN, 2003, p. 133).

<sup>21</sup> Tradução conservadora iniciada com a *Vulgata* de Jerônimo (a partir da introdução de minúsculas e separação das palavras no latim) e adotada pela *King James Version* de 1611, reproduz o estabelecido pelo Concílio de Nicéia. A *King James Version* com a tradução “and the Word was God” estabeleceu o modelo para a maioria das traduções em língua inglesa.

<sup>22</sup> Contrárias à posição de Wallace, várias traduções inglesas do Novo Testamento traduzem **theos** (θεο<j) como divino; sendo algumas delas a *The New Testament: a new translation* de James Moffat; *The New Testament: an american translation* de Edgar J. Goodspeed; e a tradução de Strachan.

Na verdade, Wallace, como tradutor, está assumindo para si a produção de efeitos contextuais e eliminando a perturbação que o fenômeno ostensivo, existente em João 1:1, possa ter sobre o ambiente cognitivo do leitor. Wallace prefere que seja a atividade missionária, exercida pelo exegeta, que atue sobre o ambiente cognitivo do leitor da Bíblia.

### 3.5 Juntando tudo II

Era o Verbo um deus? A resposta positiva a essa pergunta é um dos possíveis efeitos contextuais resultantes da leitura de João 1:1. Gramaticalmente, a tradução está correta. Sua aceitação dependerá do ambiente cognitivo do leitor.

O texto de João 1:1, na sua forma original, tem a força de uma perturbação e essa perturbação, segundo o princípio da relevância, carrega uma presunção de relevância. Ou seja, o que João tinha a dizer era relevante para seus leitores e ele utilizou o melhor de suas habilidades para produzir este estímulo ostensivo.

Quando este estímulo interage com um ambiente cognitivo, resulta em uma série de efeitos contextuais. Quanto mais relevante a informação, maior o impacto no processamento. Não cabe ao tradutor, portanto, roubar do leitor a oportunidade, e até mesmo o direito, de ter seus próprios efeitos contextuais. Uma boa tradução será aquela que melhor preserva o processo cognitivo que ocorre na leitura do original, permitindo ao leitor produzir as mesmas implicações. Muitos textos, João 1:1 é um deles, têm a propriedade de provocar indagações, questionamentos, perturbar o conhecido para introduzir o desconhecido, etc. Não cabe ao tradutor amenizar, modificar ou tentar esclarecer tais perturbações. Sua função é a de procurar conseguir, com a tradução, o mesmo efeito na língua de destino.

Este posicionamento, embora colida com a opinião de Wallace e, talvez, com algumas das idéias associadas com a *equivalência dinâmica* de Eugene Nida, não é único e muito menos novo. Wilhelm von Humboldt (1767-1835), filósofo e linguista alemão do século XIX, posicionou-se de maneira semelhante na introdução de sua tradução da tragédia grega *Agamenon* de Ésquilo.

Era o verbo um Deus?...

Uma tradução não pode nem deve ser um comentário. Não pode conter obscuridades que provenham de um uso incerto do léxico ou de uma construção falha; mas, nos momentos em que o original apenas sugere ao invés de expressar com clareza, onde ele se permite o uso de metáforas cujas relações são de difícil compreensão, onde omite idéias de ligação, nesses momentos o tradutor cometeria uma injustiça ao introduzir por conta própria e arbitrariamente uma clareza que altere o caráter do texto. [...] não se deve exigir que aquilo que na língua original é sublime, gigantesco e inusitado se torne na tradução leve, fácil e momentaneamente compreensível (tradução de Susana Kampff Lages. (HEIDERMAN, 2001, p. 99))

Jason David BeDuhn reconheceu este aspecto *sublime, gigantesco, inusitado*, perturbador e relevante no texto de João 1:1 ao declarar:

Não tenho dúvidas que as palavras em João 1:1 são cuidadosas e deliberadas em cada detalhe. João estava fazendo algo com extrema habilidade: procurar expressar um estado de exaltação para Jesus sem violar o monoteísmo. Este tem sido o desafio ao longo da história do cristianismo, e João foi a primeira pessoa a abordá-lo. Penso que devemos a ele, portanto, mantermo-nos o mais próximo de suas palavras em vez de contorcê-las com alguma outra coisa. (2003, p. 132)

#### 4 CONCLUINDO

Kaharina Reiss (2000) em seu livro *Translation criticism*, hoje um clássico na área, apresenta o objetivo da crítica da tradução como sendo o de avaliar o processo de tradução sob três categorias: (a) categoria literária (tipos de textos), (b) categoria linguagem (elementos linguísticos), (c) categoria pragmática (determinantes não linguísticos). Porém, na prática, muitas vezes

uma categoria interfere na outra, alterando os efeitos contextuais produzidos pelo texto na língua original.<sup>23</sup>

Neste trabalho, à luz da teoria da relevância, procurei mostrar como esta teoria pode ser utilizada no processo de tradução e crítica da tradução, auxiliando em situações em que determinantes não lingüísticos interferem nos elementos lingüísticos, por influência do ambiente cognitivo do tradutor, alterando ou amenizando os efeitos contextuais produzidos pelo texto original. Para isso, tornou-se necessário explicar e ilustrar todo o processo formado por estímulo ostensivo, ambiente cognitivo e efeitos contextuais, utilizando, de forma prática, o texto de João 1:1. Minha intenção foi de afastar-me dos aspectos epistemológicos e discursivos da teoria e procurar compreendê-la como um instrumento prático à disposição de tradutores e críticos da tradução. *Et idem indignor quandoque bonus dormitat Homerus; uerum operi longo fas est obrepere somnum.*<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Na Espanha inquisitorial do século XVI, temos vários exemplos de como determinantes externos afetam os elementos lingüísticos, ressaltando a importância de tradutor e crítico da tradução conhecerem as circunstâncias culturais, religiosas e políticas em que se produziu o texto a ser traduzido. O monge carmelita San Juan de la Cruz em seu poema Sobre el Evangelio 'In principio erat Verbum' acerca de la Santísima Trinidad, escrito sob o temor da Inquisição, nada mais fez do que repetir, em versos octossílabos, a versão latina da Vulgata de João 1:1. Seus versos, conforme se pode notar pelas duas primeiras estrofes do poema, perderam a força perturbadora e ostensiva das palavras originais de João: En el principio moraba / el Verbo, y en Dios vivía, / en quien su felicidad / infinita poseía. // El mismo Verbo Dios era, / Que el principio se decía; / Él moraba en el principio, / Y principio no tenía. Não existindo informação nova para interagir com o ambiente cognitivo, simplesmente não ocorrem efeitos contextuais novos. Melhor sorte teve o poeta com o poema Noche oscura del alma que inicia com a estrofe: En una noche oscura, / com ansias en amores inflamada, / ¡oh dichosa ventura! / salí sin ser notada, / estando ya mi casa sosegada. A relevância e o efeito poético deste poema resultam dos muitos efeitos contextuais fracos implicados. Não por acaso, este é seu poema mais famoso, tendo dado origem à expressão inglesa dark night of the soul, citada no Merriam-Webster's Dictionary of Allusions (1999, p. 141). Outro monge espanhol do século XVI, Frei Luis de León, escritor, tradutor, poeta e professor universitário, criticou a Vulgata pelas suas inexactidões e traduziu para o espanhol o Cântico dos Cânticos. Foi preso por ordem da Inquisição. Cinco anos depois, absolvido, liberto e reabilitado, retornou à sala de aula e proferiu as célebres palavras na primeira aula: "Decíamos ayer..." (FLORIT, 1991, p. 45; CALVO, 1965, p. 155). Cristóbal Cuevas em seu estudo sobre a Espanha literária e religiosa do século XVI, publicado em sua edição das poesias de San Juan de la Cruz, reconhece a influência dos determinantes não-lingüísticos (religião e política, por exemplo) sobre os elementos lingüísticos de uma produção literária: "Paradójicamente, las tensiones provocadas por estos hechos [Inquisição e publicação de Índices com relação de livros proibidos, dentre outros] no paralizan, y seguramente ni siquiera disminuyen, la vida intelectual española de la época, aunque es innegable que la modifican profundamente. [...] Pero aun ellos, ¡cuánta prudencia no derrochan, y cómo procuran evitar los choques frontales o las suspicacias de los teólogos! Las obras de Santa Teresa, con sus continuas declaraciones de humildad, de falta de preparación, de ignorancia femenina, de sometimiento al parecer de la Iglesia, etc., constituyen un magnífico campo de estudio para analizar la incidencia del temor a la Inquisición en la literatura religiosa del Segundo Renacimiento" (1988, p. 11-12).

<sup>24</sup> HORÁCIO. De Arte Poetica Liber. Oxford: Oxford University Press, 1965. p. 358-360.

## REFERÊNCIAS

- BeDUHN, Jason David. **Truth in translation: accuracy and bias in English translations of the New Testament**. Lanham: University Press of America, 2003.
- BLACK, David Alan. **Linguistics for students of the New Testament Greek**. Michigan: Baker Books, 1995.
- BLAKEMORE, Diane. **Understanding utterances**. Oxford: Blackwell, 2003. (Reimpressão da primeira edição de 1992)
- BRENTON, Lancelot C. L. (Ed.). **The Septuagint with apocrypha: Greek and English**. S.L.: Hendrickson Publisher, 1997. (Reimpressão de uma edição original de 1851)
- CAIVO, José Maria Castro. **Historia de la literatura española** v. 1. Barcelona: CREDSA, 1965.
- CARREZ, Maurice (Ed. e Trad.). **Nouveau Testament interlinéaire Grec/Français**. S.L.: Alliance Biblique Universelle, 1993.
- CARSTON, Robyn. **Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication**. Oxford: Blackwell, 2002.
- COMFORT, Philip W. **The complete guide to Bible versions**. Wheaton: Tyndale House Publishing, 1996.
- CONYBEARE, F. C.; STOC, George. **Grammar of Septuagint Greek**. Massachusetts: Hendrickson Publisher, 1995. (Reimpressão de uma edição de 1905)
- CRUSE, Alan. **Meaning in language: an introduction to semantics and pragmatics**. Oxford University Press, 2004.
- CUEVAS, Cristóbal (Ed.). **San Juan de la Cruz: poesias completas**. Barcelona: Ediciones B, 1988.
- FLORITE, Eugenio (Ed. e Trad.). **Introduction to Spanish poetry: a dual-language book**. New York: Dover, 1991.
- GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GREEN, Jay P. (Ed. e Trad.). **The interlinear Bible: Hebrew-Greek-English**. Massachusetts: Hendrickson, 1984.
- GUTT, Ernst-August. **Relevance theory: a guide to successful communication in translation**. Dallas: Summer Institute of Linguistics, 1992.

\_\_\_\_\_. **Translation and relevance: cognition and context.** Manchester: St. Jerome Publishing, 2000.

HEIDERMANN, Werner (Org.). **Clássicos da teoria da tradução.** antologia bilingue. Vol. 1. Alemão-Português. Florianópolis: UFSC - Núcleo de Tradução, 2001.

KITTEL, Rud (Ed.). **Bíblia Hebraica.** Stuttgart: Wurttembergische Bibelanstalt, 1971. (Editada originalmente em 1937)

LASOR, William Sanford. **Gramática sintática do grego do Novo Testamento.** Trad. de Rubens Paes. São Paulo: Vida Nova, 1998.

METZGER, Bruce M. **The text of the New Testament: its transmission, corruption, and restoration.** Oxford University Press, 1992.

MOUNCE, William D. **Basics of biblical Greek – grammar.** Michigan: Zondervan, 1999.

NESTLE-ALAND. **Novum Testamentum Graece.** Stuttgart: Bibelgesellschaft, 1993.

NEUFELDT, Victoria (Ed.). **Webster's New World college dictionary.** New York: Macmillan, 1997.

PATZIA, Arthur G. **The making of the New Testament: origin, collection, text & canon.** Downers Grove: InterVarsity, 1995.

REISS, Katharina. **Translation criticism – the potentials & limitations.** Trad. de Errol Rhodes do original alemão publicado em 1971. Manchester: St. Jerome Publishing, 2000.

ROBERTSON, A. T. **A grammar of the Greek New Testament in the light of historical research.** Nashville: Broadman Press, 1934.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevance: communication and cognition.** Oxford: Blackwell, 2003. (Reimpressão da segunda edição de 1995)

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Relevância: comunicação e cognição.** Tradução de Helena Santos Alves. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

TOGNINI, Enéas; BENTES, João Marques. **Janelas para o Novo Testamento.** São Paulo: Louvores do Coração, 1992.

WALLACE, Daniel B. **Greek grammar beyond the basics: an exegetical syntax of the New Testament.** Michigan: Zondervan, 1996.

WEBBER, Elizabeth; FEINSILBER, Mike (Ed.). **Merriam Webster's Dictionary of Allusions.** Massachusetts: Merriam-Webster, 1999.

WEBER OSB, Robertus (Ed.). **Biblia Sacra iuxta vulgatam versionem.** Stuttgart: Bibelgesellschaft, 1983.

Era o verbo um Deus?...

WEIGREEN, J. **A practical grammar for classical Hebrew**. Oxford: Oxford University Press, 1967.

WILSON, Benjamin (Ed. e Trad.). **The emphatic diaglott: New Testament**. Brooklyn: International Bible Students Association, 1942.

WILSON, Deirdre, SPERBER, Dan. Relevance theory. In: HORN, Laurence R.; WARD, Gregory L. (Ed.). **The handbook of pragmatics**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 607-632.

YOUNG, Richard A. **Intermediate New Testament Greek: a linguistic and exegetical approach**. Nashville: Broadman & Homan, 1994.

ZERWICK, Max; GROSVENOR, Mary. **A grammatical analysis of the Greek New Testament**. Roma: Pontificio Istituto Biblico, 1996.

Recebido em 28/09/04. Aprovado em 05/12/04.

---

**Title:** Was the verb a god? – An analysis of John 1:1 according to the Relevance theory

**Author:** Marcos Souza

**Abstract:** One of the great issues in translation theory concerns the level of inferencing allowed to the translator when trying to clarify to the reader of the target text the nuances, conflicts, disturbances and ambiguities that might be present in the source text. On the other hand, the translation critic is interested in identifying, after comparing the original text and the translated text, how much the first was altered, smoothed, explained, interpreted, etc. by the translator and, if possible, which motives lead to these interferences in the source text. The present work, using as illustration one of the most controversial extracts of the translation of the Bible's New Testament (the first verse of the first chapter of St. John's Gospel), tries to identify a field for the application of Sperber and Wilson's Relevance theory, viewing it as a tool that can be used to aid both the translator and the translation critic.

**Keywords:** pragmatics; relevance theory; translation; translation criticism.

**Titre:** Était le verbe un dieu? – Analyse de Jean 1:1 à partir de la théorie de la pertinence

**Auteur:** Marcos Souza

**Résumé:** L'une des questions dans la théorie de la traduction tourne autour du niveau d'interférence permisible au traducteur dans la recherche de mieux éclaircir au lecteur du texte traduit les nuances, conflits, perturbations et même des ambiguïtés, peut-être existantes, dans le texte d'origine. En contrepartie, c'est au critique de traduction de chercher à identifier, au moment de confronter le texte d'origine avec le texte traduit, le combien le premier fut altéré, atténué, expliqué, interprété, etc., par le traducteur et, si c'est possible, les raisons qui l'ont conduit à cela. Ce travail, à partir de l'une des passages les plus polémiques dans la traduction du Nouveau Testament de la Bible (le premier versicule du premier chapitre de l'Évangile selon Jean, cherche à identifier un domaine d'application pour la théorie de la pertinence de Sperber et Wilson, en la concevant comme un outil d'aide servant au traducteur comme au critique de la traduction.

**Mots-clés:** pragmatique; théorie de la pertinence; traduction; critique de la traduction.

**Título:** Habrá sido el Verbo un dios? – Análisis de Juan 1:1 a partir de la teoría de la relevancia

**Autor:** Marcos Souza

**Resumen:** Una de las grandes cuestiones en la teoría de la traducción atañe al nivel de interferencia permisible al traductor en la búsqueda de aclarar al lector del texto traducido sobre los matices, conflictos, perturbaciones y, incluso, ambigüedades posiblemente existentes en el texto original. Por su parte, al crítico de la traducción cabe buscar identificar, al confrontar texto original con texto traducido, lo cuánto el primero ha sido alterado, suavizado, explicado, interpretado, etc. por su traductor y, si posible, detectar los motivos que lo llevaran a ello. Este trabajo, a partir de uno de los fragmentos más polémicos en la traducción del Nuevo Testamento de la Biblia (el primer versículo del primer capítulo del Evangelio de Juan), busca identificar un campo de aplicación para la teoría de la relevancia de Sperber y Wilson, concibiéndola como una herramienta de ayuda tanto al traductor como al crítico de la traducción.

**Palabras-clave:** pragmática; teoría de la relevancia; traducción; crítica de la traducción.